

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O SINDICATO DO GARRANCHO NA VISÃO DE UM COMPONENTE**

**MEINE SIOMARA ALCÂNTARA**

**Natal-1999.**

**MEINE SIOMARA ALCÂNTARA**

**O SINDICATO DO GARRANCHO NA VISÃO DE UM COMPONENTE**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II,  
do curso de História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte, sob a orientação da professora Dra.  
Denise Matos Monteiro.

**Natal-1999.**

*"Há homens que lutam um dia e são bons,  
Há outros que lutam um ano, e são melhores,  
Há quem lute muitos anos e são muito melhores.  
Porém, há os que lutam toda a vida:  
estes são imprescindíveis."*

*Bertolt Brecht.*

*Aos meus filhos,*

*Vítor e Matra, lindos tesouros,  
pelas horas roubadas de seus convívio, e  
pela certeza que eles um dia possam  
lutar por um ideal.*

*Ao meu avô.*

*Francisco Guilherme de Souza.*

*Homem, trabalhador de salinas, que nunca desanimou,  
mesmo quando o sol lhe ofuscava os olhos...*

*Homem, membro de um partido político, que por muito tempo perdurou  
nas páginas da história do Brasil na ilegalidade.*

*Homem, sindicalista que lutou por melhores condições  
de vida e trabalho numa sociedade altamente repressora.*

*Homem, que esteve preso nas prisões do Rio de Janeiro,  
mas mesmo assim nunca deixou de acreditar em um ideal.*

*Homem, pai que soube criar oito filhos com dignidade e honestidade.*

*Homem, que junto de sua companheira  
Francisca Clara de Souza, sonhou com um mundo melhor.*

*A ele minha mais profunda admiração.*

## AGRADECIMENTOS

A Doutora Denise Monteiro Matos, orientadora, pela competência e colaboração na orientação metodológica deste estudo.

A Jailma Maria de Lima, historiadora, uma amiga especial, que muito contribuiu e incentivou nos momentos mais difíceis deste trabalho.

A Josenildo Cesar Soares dos Santos, historiador, companheiro e amigo, pelo apoio e carinho recebido.

Aos meus pais, Pedro Alcântara Gregório e Ocimar de Souza Alcântara, por todo amor que sempre me dedicaram, e por ter a certeza de que devo a eles a minha persistência de continuar sempre.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente auxiliaram na concretização deste trabalho.

## SUMÁRIO

	PÁGINAS
INTRODUÇÃO.....	08
I- O RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA.....	09
I.a- Economia.....	09
I.b- Sociedade e política.....	13
II- O PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES DAS SALINAS - CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SINDICATO.....	17
II.a- As condições de trabalho nas salinas.....	17
II.b- A luta pela organização sindical.....	19
III- O DEPOIMENTO DE UM SINDICALISTA.....	25
CONCLUSÃO.....	32
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	33
ANEXOS	

## INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o processo de formação e evolução do sindicato dos operários das salinas de Mossoró (denominado Sindicato do Garrancho), entre 1931 e 1946, tendo como objeto de análise principal o depoimento de um de seus sindicalistas: Francisco Guilherme de Souza.

Retomamos a análise do Sindicato do Garrancho, já tratado por outros autores, não só no sentido, especificamente, de confrontar interpretações divergentes que um ou outro autor tenha feito, mas, também, no intuito de trazer à luz a voz de um dos personagens ativos, e ainda vivo, na luta empreendida por aquele sindicato.

Nesse sentido, a partir do depoimento oral de um membro do Sindicato do Garrancho, tentamos resgatar fragmentos da história de um povo. Uma história feita de homens trabalhadores, operário das salinas que buscaram, através de suas lutas, de seus sofrimentos e das suas péssimas condições de trabalhos, mostrar-se como categoria e que conseguiram se opor às determinações dos patrões, alcançando, pelo menos em alguns momentos, certas vitórias.

Visando uma melhor compreensão de nosso objeto de estudo, este trabalho aborda, inicialmente, os aspectos gerais do contexto econômico, político e social do Brasil e do Rio Grande do Norte no período da República Velha e da Era Vargas. Num segundo momento, tratamos do processo de luta dos trabalhadores das salinas de Mossoró propriamente. Para finalizar, construímos uma análise sobre algumas questões que envolvem o próprio Sindicato do Garrancho a partir mesmo do depoimento do sindicalista Francisco Guilherme de Souza. Na verdade, é o seu discurso que direciona nossa análise. Neste sentido, a bibliografia que apoia nosso estudo correspondeu àquela referente à história do Brasil e do Rio Grande do Norte, entre a primeira e a segunda República brasileira, ao movimento sindical nacional e estadual.

O Sindicato do Garrancho é uma página do sindicalismo norte-riograndense pouco explorada, com escassa bibliografia apesar da importância do tema. A luta dos operários de Mossoró para conquistar direitos através da constituição de um sindicato, sob orientação do Partido Comunista, em um período de intensa repressão aos comunistas e até aos não-comunistas, é algo que não pode ser menosprezado pela historiografia. Neste sentido, torna-se mister revigorar o tema colocando-o em evidência e afirmando como relevante.

# I-O RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

## I.a -ECONOMIA

Na economia norte-riograndense, durante a Primeira República, o sal e o algodão, secundados pelo açúcar e pela cera de carnaúba, foram os produtos de maior importância na pauta das exportações.<sup>1</sup>

Além destes produtos, uma atividade econômica importante foi a pecuária que, desde o início da colonização, estendeu-se para o interior do Estado como forma de desbravar o sertão. A pecuária bovina constituiu, até os fins do século XIX, a principal atividade econômica do Agreste e do Sertão norte-rio-grandense, e foi responsável pelo povoamento, provocando o surgimento dos "caminhos do gado".<sup>2</sup>

A cotonicultura nordestina teve períodos áureos no quadro das exportações brasileiras. O primeiro aconteceu no final do século XVIII, quando o Maranhão se tornou o principal produtor. O segundo teve início a partir de 1860, provocado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, que interrompeu as exportações americanas e possibilitou o grande "boom" para a expansão do algodão brasileiro. Com o término dessa guerra, o Brasil diminuiu suas exportações provocando um retrocesso na produção de algodão. Mas, apesar disto, o Nordeste se consolidou como principal produtor até os anos de 1940.<sup>3</sup>

Nos anos de 1880, surgiu um novo mercado consumidor constituído pelo centro-sul, onde se desenvolveu a indústria têxtil brasileira. O Nordeste passou a ser o maior núcleo de produção e fornecimento de matéria-prima para esta indústria. Instalava-se uma Divisão Intranacional do Trabalho, na qual as fábricas do Centro-sul (Sudeste) dependiam da matéria-prima da periferia: o Nordeste algodoeiro.

*"Estimulada pelo mercado interno, constituído pela indústria têxtil algodoeira do Sudeste, a cotonicultura foi o principal sustentáculo da economia do Rio Grande do Norte em termos da produção agrícola, entre os anos de 1880 e 1915." (TAKEYA, 1985).*

Apesar da indústria têxtil ter se consolidado no Centro-sul do país, houve, no Nordeste, fábricas de tecidos, sendo em sua maioria localizadas na Bahia e Pernambuco. O Rio Grande do Norte, apesar da expansão de sua economia algodoeira, possuiu apenas uma fábrica têxtil em Natal, pertencente a Juvino Barreto, que foi inaugurada em 1888 e funcionou até 1925.

Paralelamente a agricultura de exportação havia a lavoura de subsistência, principalmente no sertão. Plantava-se feijão, milho, mandioca, batata-doce e outros produtos alimentícios intercalados com o algodão.

<sup>1</sup> SOUZA. 1989, p. 21.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>3</sup> TAKEYA. 1985, p. 30.

Um outro produto de exportação, importante para a economia norte-rio-grandense, foi a cera de carnaúba cultivada nos Vales do Açú e Apodi-Mossoró, que despertou o interesse dos proprietários de terra habitantes daquela região, possibilitando assim seu cultivo em grande extensão.

<sup>1</sup> ANDRADE, citado por MEDEIROS (1973), diz que *"pela extensão ocupada pelos carnaubais e pela multiplicidade de ocupação dos produtos da carnaubeira, podemos afirmar que há um verdadeiro complexo cultural na região, uma verdadeira civilização da carnaúba que está a exigir um minucioso levantamento, um verdadeiro inventário que a encare do ponto de vista da importância econômica, das influências culturais, antropológicas e sociológicas, sem esquecer dos aspectos históricos."*<sup>4</sup>

Quanto ao açúcar, houve um declínio em sua produção, a partir da segunda metade do século XIX, devido à queda de preços no mercado mundial e à concorrência do açúcar de beterraba. Neste contexto, os senhores de engenho partiram para a modernização, tentando organizar engenhos centrais e construir ferrovias para escoar a produção.

O impacto dessas transformações, somado às tardias reações de seus produtores, contudo, conduziram a economia açucareira do Rio Grande do Norte a uma posição de retaguarda se comparada a outros estados brasileiros. Enquanto, por exemplo, começou a implantar seus engenhos centrais a partir de 1870, e suas usinas em 1890, o RN só concretizaria tais iniciativas décadas depois (Usina Maranhão em 1910 e as usinas São Francisco, Ilha Bela e Guanabara em 1929).

Em termos de produtividade, por sua vez, observou-se um expressivo declínio dessa economia se considerado os dados numéricos das exportações realizadas em 1888 e 1905. Enquanto naquele ano as exportações ficaram em 13.760.534 quilos, neste as exportações declinaram para 1.244.525 quilos.<sup>5</sup>

No que se refere ao sal, o descobrimento de grandes salinas naturais na costa setentrional do Rio Grande do Norte e Ceará ocorreu na segunda metade do século XVI, quando os portugueses expandiram o povoamento em direção ao Maranhão, lutando contra os franceses.

Mas, somente a partir do século XVIII, o sal começou a ser explorado devido ao desenvolvimento da indústria da carne seca. O gado era abatido, a carne salgada e o couro curtido para venda. Eram as "oficinas" de carne seca. Estas oficinas teriam se iniciado no Vale do Jaguaribe, depois se expandido para Açú e Mossoró. Porém, este empreendimento não durou muito. O governo de Pernambuco proibiu, em 1788, o funcionamento das oficinas no Rio Grande do Norte e Paraíba, pois estavam afetando sua economia: a região açucareira pernambucana precisava de bois como animais de tração. Contudo, esta proibição não foi totalmente respeitada e os fazendeiros continuaram a abater o gado e exportar a carne pelo porto de Aracati, localizado no Estado do Ceará.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> ANDRADE, Manoel. A Terra e o Homem no Nordeste. Brasiliense, 1970, P ?

<sup>5</sup> SOUZA. 1989, p. 41.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 23.

No final do regime monárquico, em 1889, um decreto deu concessão para exploração de salinas em terras devolutas (compreendidas entre o Rio Mossoró e Açú) a Antonio Coelho Ribeiro Roma, que organizou, então, a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu.<sup>7</sup>

Em 1897, no governo Ferreira Chaves, o monopólio da exportação do sal, que já vinha se delineando, viria a ser firmado com a renovação do contrato da Empresa Sal e Navegação. Embora sobre este contrato tenha sido movida uma ação por alguns salineiros locais, que sustentavam sua inconstitucionalidade, sobretudo por prever punição para aqueles que não se submetessem aos imperativos daquela empresa, já em 1901 um outro contrato veio reafirmar o monopólio das exportações de sal no Rio Grande do Norte.

A política adotada desde o governo de Ferreira Chaves expulsou vários salineiros do mercado produtor norte-riograndense. A forte concorrência das salinas do Ceará e do Rio de Janeiro, por outro lado, levou também à falência a Companhia Nacional Salinas Mossoró-Açu e a Empresa Sal e Navegação.

Para agravar ainda mais esta situação, a concorrência do sal de Cadiz (Espanha) passa a ameaçar a indústria salineira do Rio Grande do Norte.

É tentando superar esta crise que, em 1905, o então governador Tavares de Lira baixou uma lei que, se de um lado concorreu para estimular a formação dos sindicatos dos salineiros (no caso, proprietários de salinas) do RN, por outro também o dificultou. Isto porque foram estabelecidas exigências que estavam além das possibilidades de cumprimento por parte dos sindicatos que viessem a se formar. Era o caso da exigência proposta no artigo 2º da referida lei:

*"Manter uma frota de vapores e navios a vela, de 20000 toneladas de capacidade, com a qual será obrigado a fazer o transporte de sal e de mercadorias e de produção e consumo do Estado entre todos os mercados de sua escala devendo, pelo menos um dos vapores, tocar duas vezes por mês no porto de Natal." (SOUZA, 1989).*

Inviabilizado seu incremento a partir dos próprios sindicatos locais, a indústria salineira norte-riograndense, em 1905, passa então para o controle da Companhia de Comércio e Navegação, que monopolizou a exportação do sal até 1914, ainda que a partir de 1912 tenha mantido seu controle sob o nome do Sindicato dos Salineiros do Rio Grande do Norte; considerado por SOUZA um pseudo-sindicato.<sup>8</sup>

Embora em 1914 tenha sido quebrado o monopólio da exportação do sal, até o final da República Velha o rumo da indústria salineira não sofreu grandes alterações no montante de suas exportações anuais, ainda que neste percurso tenha sido criada a Inspeção Geral de Salinas do RN. De qualquer forma, no final da República Velha o sal correspondia ao segundo produto de maior peso no quadro das exportações deste estado.<sup>9</sup>

Para a exportação dos produtos produzidos no estado era preciso, por sua vez, meios de transportes adequados. Porém, nesse período, as estradas eram "carroçáveis", isto é, caminhos em péssimas condições de tráfego, onde os "comboios" viajavam dias a fio para chegar ao seu

<sup>7</sup> ANDRADE, 1995, p. 35.

<sup>8</sup> SOUZA, 1989, p. 31.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 35.

destino. Três eram as estradas onde trafegava o maior número de pessoas: a "Estrada das Boiadas,, que cortava o estado de leste a oeste; a Estrada do Seridó, que ligava a cidade de Macaíba ao sertão; e finalmente a estrada que ligava Mossoró até o alto sertão.

Por estes caminhos eram escoadas as mercadorias para os principais portos do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Macau e Natal.

Mas além da ampliação do número de estradas estar diretamente ligada ao fluxo dos produtos comercializados pelo estado, segundo SOUZA a abertura de novas vias de comunicação no Rio Grande do Norte esteve também ligada à atuação da Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas, sobretudo pela necessidade de se tornar mais fácil as vias de comunicação entre o interior e o litoral.<sup>10</sup>

No que se refere às ferrovias, a primeira estrada de ferro do estado foi a que ligava Natal à Nova Cruz, implantada em 1883 pela companhia inglesa Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company Limited. Esta ferrovia foi ampliada em 1908 até a cidade de Guarabira, na Paraíba. A segunda ferrovia foi a Central do Rio Grande do Norte, que percorria o vale do Ceará-Mirim, os tabuleiros de João Câmara, Pedro Avelino e Macau.

Já em 1912 foi implantada a Companhia Estrada de Ferro de Mossoró S.A., que partia de Porto franco, no município de Areia Branca, seguindo até Alexandria no alto oeste.

Em termos de indústria, na República Velha o número de estabelecimentos do Rio Grande do Norte era insignificante tanto no contexto nacional como regional, ocupando o sétimo lugar deste. Esta incipiente indústria concentrava-se nos setores têxtil e de alimentação.<sup>11</sup>

Quanto às finanças, tínhamos dois estabelecimentos bancários de maior importância: o Banco de Natal e o Banco do Brasil. Além destes, foram criados outros de menor expressão: a Caixa Econômica Estadual, criada em 1922, e as Caixas e Bancos Rurais do interior, implantados no governo de Juvenal Lamartine.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 59.

## I. b - SOCIEDADE E POLÍTICA

A República Velha se caracterizou pela chamada "Política dos Governadores", na qual os partidos republicanos de cada Estado, que representavam os interesses de grandes fazendeiros (os "coronéis"), indicavam os candidatos à Câmara e ao Senado Federal que apoiavam a política do café-com-leite, garantindo, assim sua eleição através do controle sobre a máquina eleitoral. Dessa forma, era comum a distribuição de favores aos eleitores e a existência de votos fraudulentos. A constituição então vigente excluía mulheres e analfabetos do direito ao voto. Os partidos existentes refletiam os interesses das oligarquias locais, que utilizavam a forma democrática-republicana para promover seus próprios interesses econômicos.

*"Aos grupos dominantes tradicionais veio juntar-se uma burguesia preocupada com o protecionismo e a contenção do movimento operário. Ao lado do bacharel tradicional, ligado por parentesco e interesses ao proprietário de terras, surgiu uma nova pequena burguesia (empregados de escritório, pequenos comerciantes, funcionários), gerada nas atividades urbanas, atenta aos efeitos das flutuações da política cambial sobre o seu nível de vida e ciosa dos seus direitos esbulhados nas eleições a bico de pena."(SHELLING, 1991)*

Os novos grupos sociais que surgiram neste contexto deram origem a uma nova configuração ideológica, refletindo, de um lado, novas condições de vida social e, de outro, os acontecimentos que culminaram na Revolução de 1930.<sup>13</sup>

Vários movimentos surgiram nas diversas camadas da sociedade, expressando a insatisfação popular frente a política vigente. Entre os militares, os jovens oficiais iniciavam em 1922 o movimento que seria conhecido como Tenentismo, expresso através de sublevações, que culminaram com a formação da Coluna Prestes, que atravessou o país em 1926. As classes médias urbanas viam-se impedidas de participar da cena política devido ao monopólio das oligarquias. Estas, divergindo entre si por razões de ordem econômica ou política, produziram dissidências. Quanto à classe trabalhadora, através das lutas do movimento operário aspirava conquistas relativas ao mundo do trabalho.<sup>14</sup>

O Rio Grande do Norte, que não diferia politicamente dos demais estados brasileiros, foi, durante a República Velha, governado apenas por duas oligarquias. A primeira delas- Albuquerque Maranhão- governou o Estado por vinte e oito anos (1890-1918). Seus principais líderes foram Pedro Velho e Alberto Maranhão que, mesmo depois de afastados dos centros do poder local, conservaram posições no aparelho do Estado até 1930, ano em que Alberto Maranhão foi derrotado na reeleição à Câmara Federal.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> SPINELLI. 1996, p. 16.

<sup>14</sup> FERREIRA. 1997. p. 41.

<sup>15</sup> SOUZA. 1989. p. 115.

A outra oligarquia era representada por grandes proprietários do Seridó, onde se concentrava, especialmente, a cotonicultura e a pecuária. No início do período republicano, a maior liderança da região era o Coronel José Bernardo, aliado a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Após sua morte, o sistema político do Seridó se desorganizou, para mais tarde ser rearticulado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. A partir de então, os coronéis do Seridó tiveram privilégios no destino político do Estado até 1930.<sup>16</sup>

As forças descontentes com o regime político vigente reuniram-se em torno da Aliança Liberal, que no discurso representava os anseios e insatisfações políticas e sociais da Primeira República. Mesmo com a união dessas forças, a Aliança não conseguiu derrotar o modelo de política vigente até então, assentado no voto de cabresto e nas fraudes eleitorais. Os candidatos da Aliança (Getúlio Vargas e João Pessoa) foram derrotados.

No entanto, o assassinato de João Pessoa, por motivos pessoais em Recife, foi a causa imediata para a deflagração do movimento militar de 1930, liderado por Getúlio Vargas. O movimento saiu vitorioso, com a deposição do então presidente Washington Luís. Inicia-se então a chamada Era Vargas, que no Rio Grande do Norte caracterizou-se por um alto grau de turbulências políticas e por um grande número de interventorias tenentistas.<sup>17</sup>

Em 1933, Mário Câmara assumiu a Interventoria do Estado, indicado por Getúlio Vargas, como forma de ampliar a força política deste último, aproximando-se de facções oligárquicas estaduais que o haviam derrotado nas eleições para a Assembléia Constituinte em 1933.

As eleições de 1934, para deputados estaduais e federais, que elegeriam os governadores, foram caracterizadas, no Rio Grande do Norte, por violência, inclusive com assassinatos, fraudes eleitorais e intervenção do Supremo Tribunal Eleitoral. Os partidos que concorreram a esta eleição foram: o Partido Popular, composto, em sua maioria, por membros do antigo Partido Republicano; a Aliança Social, fusão do Partido Social Democrático dirigido pelo Interventor Mário Câmara; e o Partido Social Nacionalista, organizado por Café Filho. Também concorreram às eleições a Ação Integralista Brasileira e o Partido da União Operária Camponesa do Brasil, "saída legal para que o Partido Comunista pudesse concorrer às eleições".<sup>18</sup>

O resultado final das eleições deu a vitória ao Partido Popular, que elegeu 14 deputados contra 11 da Aliança Social. Após o resultado das eleições os deputados do Partido Popular foram para a cidade de João Pessoa, onde pediram asilo político até a eleição do novo governador do Estado. Além disso, solicitaram tropas federais para acompanharem a votação. E, novamente, o Partido Popular teve maioria, empossando Rafael Fernandes como novo Governador do Estado. Com estas eleições, Vargas sofreu uma nova derrota política no Estado do Rio Grande do Norte.

Assim, como afirma SPINELLI,

*"O período 1933-35 testemunhou uma crise de acomodação entre o poder político central e a classe dominante local, no Rio Grande do Norte. O fato de que a crise tenha sido tão prolongada (...) e de que seu desfecho só tenha se dado, de fato, com a insurreição*

<sup>16</sup> SPINELLI. 1996. p. 20-21.

<sup>17</sup> COSTA. 1995. p. 31.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 42.

*comunista de 1935, foi decorrente, em larga medida da ambigüidade política ou por uma extrema manipulação de Vargas, apoiando aparentemente, ao mesmo tempo, as duas correntes em luta (a facção interventorial e a dos políticos ligados ao "antigo regime") e postergando uma solução definitiva."(SPINELLI,1996)*

O Governador Rafael Fernandes, ao assumir o poder em outubro de 1935, toma algumas medidas que contribuíram para a continuidade do clima de tensão existente com a demissão de funcionários tidos como aliados do interventor Mário Câmara. E, como parte das mudanças político-administrativas, no dia 20 de outubro dissolveu também a guarda civil, acusada, durante a campanha eleitoral, de abrigar cangaceiros e desordeiros a mando daquele Interventor. No momento de sua dissolução, essa guarda era composta de 300 (trezentos) homens.<sup>19</sup>

De acordo com COSTA, alguns autores atribuem a este fato, que, sem dúvida geraria grandes descontentamentos, um papel importante no levante que ocorreria três dias depois no 21º Batalhão de Caçadores. No entanto, o mesmo autor discorda desta posição, afirmando que o total de demitidos e dos que participaram do levante era realmente insignificante e não teve a importância decisiva que muitos lhe atribuem.

Mas esse fato possibilitou a aproximação do governo federal com o estadual. Os adversários de Rafael Fernandes passaram a ser também adversários do governo Vargas.

O governo de Rafael Fernandes, que começara fraco e hesitante, se fortaleceu com a execução das medidas de repressão ao levante comunista. O Partido Popular tinha agora a oportunidade de se associar ao governo federal na condição de aliado e contar com o seu apoio para a tarefa de liquidar a sua oposição interna. Este partido manteve-se no poder entre 1935 e 1937, perseguindo todos que não faziam parte do seu círculo: os Maristas (que eram partidários do interventor Mário Câmara na campanha de 34 e 35 para deputados federais e estaduais), Cafeístas (partidários de Café Filho) e Comunistas. Os sindicatos de trabalhadores, principalmente em Natal e na região salina (Mossoró, Areia Branca e Macau), foram alvos da Lei de Segurança Nacional editada por Vargas em abril de 1935. Sobre esta lei, assim refere-se SPINELLI:

*"[...] os dispositivos propostos na nova lei cancelavam na prática as liberdades sagradas no texto da Constituição. O projeto era articulado pelos setores mais reacionários do governo e um dos seus inspiradores era o ministro Vicente Ráo, inimigo declarado do Partido Popular. Embora a proposta visasse o movimento operário e popular e tivesse como justificativa o combate ao extremismo, sua amplitude tornava-a utilizável contra qualquer manifestação de oposição ao governo." (SPINELLI, 1996)*

---

<sup>19</sup> COSTA. 1995. p. 54.

Com o golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo, Rafael Fernandes passou a governar sem interferências partidárias. O novo regime desenvolveu mecanismos de centralização política e administrativa a um nível sem precedentes.

No Rio Grande do Norte, a classe trabalhadora, que mais sofreu os reveses de tantas mudanças, era bastante reduzida, pois segundo o censo demográfico de 1920 o Estado possuía 197 estabelecimentos industriais, com um total geral de apenas 2.146 operários. A maioria deles trabalhava nas salinas de Areia Branca, Macau e Canguaretama, nas ferrovias Great Western e Estrada de Ferro Central, nos portos de Natal e de outras cidades marítimas.<sup>20</sup>

Quanto aos setores mais ricos da sociedade norte-riograndense, eram formadas por proprietários de terras ligados à economia agro-comercial, que detinham o poder econômico e político no Estado.

A classe média era bastante reduzida, composta por profissionais liberais, pelo funcionalismo civil e militar, e por pequenos e médios comerciantes.

---

<sup>20</sup> Ibidem. p. 55.

## II - O PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES DAS SALINAS: CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SINDICATO

No Rio Grande do Norte, as primeiras organizações da classe trabalhadora surgiram nas cidades portuárias, onde o contato com idéias que circulavam nos centros populacionais mais desenvolvidos do país efetuava-se mais facilmente.<sup>21</sup> Essas organizações foram criadas com o apoio do Partido Comunista, principalmente na região salineira de Mossoró e em Natal.

No entanto, antes de começarmos a descrever propriamente a formação do Sindicato das Salinas, é importante traçar um perfil destes trabalhadores: onde viviam, como trabalhavam e suas condições de sobrevivência num trabalho tão árduo como o das salinas.

### II. a - As Condições de Trabalho nas Salinas

A região situada entre as margens do Rio Açú e Mossoró é formada, em sua maior parte, por uma planície recortada por canais marítimos, que penetram nas terras de salinas. Segundo FERNANDES:

*"O sal marinho é obtido expondo-se a água do mar ao sol e ao vento, em tanques rasos, onde a solução vai atingindo concentrações cada vez maiores, até o ponto de solidificação. (...) Uma salina é composta dos seguintes compartimentos: barragem, cerco, chocador ou evaporador e cristalizador. (...) É no cristalizador que o operário da salina vive a maior parte da sua vida. Nele, o trabalhador atua de 14 a 18 horas por dia, de segunda à sexta, ou até mesmo os sábados e domingos."(FERNANDES, 1980)*

Após o processo de evaporação, começa a coleta propriamente dita do sal: o afofamento ou batimento, a lavagem do sal, o transporte dos cristalizadores para o aterro das salinas.

No afofamento, os trabalhadores utilizavam a alavanca, um instrumento de ferro que pesava de 3 a 5 quilos e tinha um comprimento médio de 1 a 3 metros. Era um trabalho muito pesado, para ser feito por homem, sob uma temperatura de mais de 30° C.<sup>22</sup> A alavanca foi utilizada até aproximadamente 1940, quando foi substituída pelo ferro de cova, e posteriormente pela chibanca. A alavanca, o ferro de cova, a enxada, a pá, a chibanca e todas as outras ferramentas empregadas no processo de produção do sal, eram pagas pelos trabalhadores. Assim, nem as ferramentas ficavam a encargo do patrão.

Na lavagem do sal, usava-se como instrumento de trabalho pás e enxadas. Este também era um trabalho penoso, por ser feito dentro da água com elevado teor de sal, sem proteção

<sup>21</sup> SOUZA. 1989. p. 78.

<sup>22</sup> FERNANDES. 1980. p. 58-60.

para os pés ou mãos, sempre com o corpo curvado, provocando doenças no decorrer do tempo.<sup>23</sup>

O transporte do sal, dos cristalizadores para os aterros, era feito em caixões de madeira. Depois de cheios eram levantados, colocados ao ombro e levados para o aterro onde o sal era lançado na pirâmide. O trabalhador mais uma vez sofria com esta forma de trabalho, pois o ombro ficava cheio de calos. O caixão, mais tarde, foi substituído pelo balaio, pendurado no pau e transportado por duas pessoas, mas o problema das calosidades continuavam.

Após o processo de produção de sal, a sua maior porção era destinada à exportação e levada em barcaças e alvarengas até os navios que ancoravam distante da costa, pois os portos mais próximos não ofereciam condições para a ancoragem de navios maiores.

Tornando ainda mais penosa as condições de trabalho nas salinas, as atividades iniciavam-se antes mesmo do pôr do sol, no escuro. Esta era uma forma de evitar, ao menos um pouco, a intensa luminosidade produzida pelo reflexo do sol nas salinas no decorrer do dia. Um dos grandes inimigos dos operários das salinas era esta incandescente luminosidade, pois, não servindo-se de nenhum equipamento de proteção, estes trabalhadores tinham suas visões profundamente afetadas no decorrer do tempo. Devido a isto, eles preferiam iniciar a labuta já às duas horas da madrugada, seguindo até o meio-dia.<sup>24</sup>

Outro fator agravante para a saúde do trabalhador era os furúnculos, que eles denominavam "maxixes". Estes nasciam no contato da pele com as impurezas do sal, geralmente no joelho, nos pés e nos ombros, devido ao transporte do sal que era feito em balaios.

*SOUZA, citado por FERREIRA, expressa-se sobre a saúde dos trabalhadores das salinas: "Tinha estragar a sola dos pés, as rachaduras nos pés, tinha os maxixes, tinha a claridade. O excesso de claridade acabava com a vida da gente. Ao meio dia o sal é mais alvo do que neve, a gente olhando para o sal faz um reflexo como que seja vidro, parece mentira. O resto era queda, acidente, quebrar perna..."<sup>25</sup>*

Não existia nenhum atendimento médico e, se alguém ficasse doente, ia para a casa. Neste caso, os amigos rateavam uma ajuda de custo para poder sustentar a família do trabalhador doente até a sua volta. O patrão não tinha nenhuma responsabilidade com a saúde do operário.

O transporte do sal era realizado por cima de pranchas de madeira, que, molhadas, ficavam escorregadias, sendo freqüentes as quedas e os acidentes. Não existia, então, nenhuma garantia para esses trabalhadores, que estavam à mercê da sorte. Os patrões queriam garantir seu lucro, não importando em que condições os operários trabalhavam. Estes, por sua vez, não tinham muitas alternativas de emprego na região e grande era o contingente de homens que iam à procura das salinas.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> ANDRADE. 1995. p. 47.

<sup>24</sup> FERREIRA. 1986. p. 138.

<sup>25</sup> SOUZA, Francisco Guilherme. Depoimento à FERREIRA. Mossoró, 1985.

<sup>26</sup> FERREIRA. 1986. p. 142-143.

O operariado das salinas era constituído por dois grupos: o primeiro, era o dos trabalhadores profissionais, ou melhor, aqueles que só trabalhavam nas salinas; o outro era dos agricultores, principalmente do Vale do Açú, que durante a entre-safra se dirigiam às salinas para ter um meio de sobrevivência.

Para chegar às salinas os trabalhadores caminhavam até 18 quilômetros. Ao chegar, alojavam-se em galpões cobertos de telhas, sem paredes laterais, ficando expostos ao vento e a chuva. Outro grande problema era a água que bebiam, que não era paga pelo patrão. Dessa forma, os operários tinham que fazer cotas para poder ter acesso à água potável, extraída de tonéis de ferro, sem cobertura, sem higiene e que servia também aos animais. Quanto à alimentação, era fornecida pelos barracões, sendo, na maioria das vezes, bem mais cara que na cidade. No final do mês era descontada do seu salário, já tão ínfimo.

Os patrões eram intransigentes, não facilitando em nada a vida dos trabalhadores. E não existia um diálogo entre as partes: patrão e operários. Como estes poderiam, então, buscar melhores condições de trabalho e de vida? E um salário mais digno? Era o momento de tentar unir forças: a organização sindical foi o caminho encontrado pelos "homens do sal".

## II. b - A luta pela organização sindical

Mossoró, que viria a se tornar um polo de organização sindical no século XX, constituiu-se como cidade comercial na segunda metade do século XVIII, principalmente devido à sua localização, situada num espaço entre a economia do litoral (as oficinas de carne seca, o peixe e as atividades portuárias) e a economia do sertão (pecuária, algodão e peles). Passou então, a ser um empório comercial, polo de convergência de toda a região oeste, que atraía, além de comerciantes de outras cidades e até mesmos de outros países, diferentes tipos de trabalhadores: operários de salinas, trabalhadores rurais que se ocupavam na extração e exploração da semente da oiticica, no beneficiamento da pele de animais e na extração da cera de carnaúba.<sup>27</sup>

Em 1928, o empório comercial mossoroense entrou em crise devido a produção dos municípios do alto sertão, antes provedores do comércio mossoroense, estar sendo desviada para estados vizinhos.<sup>28</sup> Era preciso novos empreendimentos para sustentar a economia de Mossoró. Neste contexto, o crescimento da indústria salineira ocorrido neste período surgiu como uma nova perspectiva para um ciclo de expansão, principalmente após as barreiras alfandegárias criadas para importação do sal. Este fator trará conseqüências para os trabalhadores das salinas. Como afirma FERREIRA:

*"Como conseqüência direta desse reordenamento econômico, temos a concentração de um expressivo contingente de trabalhadores nas salinas. Diferentemente da pecuária ou do comércio, que demandavam escassa mão-de-obra, a produção do sal, desenvolvida de forma artesanal, de baixo teor tecnológico, com todas as tarefas manuais, dependia de numerosa força de trabalho para sua realização." (FERREIRA, 1986)*

<sup>27</sup> Ibidem. p. 44.

<sup>28</sup> SOUZA. 1989. p. 65.

A presença destes trabalhadores, que eram submetidos às “leis” dos patrões e não tinham nenhuma garantia trabalhista, impulsionou-os a lutar por um bem comum, a organizar os primeiros núcleos sindicais das classes trabalhadoras de Mossoró, sob a direção do Partido Comunista, que neste período estava sendo organizado nesta cidade e influenciou sensivelmente o movimento operário dos homens das salinas.

*“O primeiro sindicato dos operários em salinas deu início a um intenso processo associativista que envolveria as outras categorias locais e se ampliaria pelas cidades próximas. Primeiro sindicato que se formou em toda a região, os trabalhadores das mais diversas categorias enchiam a sala, para ouvir os discursos de propaganda sindical dos salineiros e militantes do partido.”*  
(FERREIRA, 1997)

Em Mossoró, o Partido Comunista do Brasil surgiu em 1928, com os irmãos Reginaldo<sup>29</sup>, que anteriormente, em 1910, criaram a “Liga Operária”. Esta Sociedade criada com fins beneficentes, começou a defender a classe trabalhadora e a necessidade de melhores condições de vida, fazendo com que em pouco tempo os patrões a reprovassem. Com Raimundo Reginaldo à frente, a liga operária teve momentos áureos na sua existência, mantendo duas escolas, com 80 alunos cada, para filhos de trabalhadores. Tinha sede própria, uma biblioteca e um jornal : O Trabalhador.<sup>30</sup>

O Partido, então, começou a organizar-se, buscando aglutinar operários. A atuação prioritária do Partido, após sua organização, foi a formação dos sindicatos. Além desta organização, foram responsáveis pela fundação da Associação das Mulheres Trabalhadoras de Mossoró, que visava congregar as mulheres das classes populares.<sup>31</sup> Através da Associação, estas participavam do Partido. A diretoria era composta por Policárpia, Odete Maria do Nascimento (companheira de Joel Paulista) e Francisca Clara de Souza (companheira de Francisco Guilherme). Elas formavam comissões para fazer reivindicações junto ao Prefeito e, quando algum militante era preso, pressionavam o delegado para soltá-lo.

Segundo FERREIRA, o Partido conseguiu grande penetração entre a classe trabalhadora mossaoroense, sendo o mesmo constituído principalmente pelos operários das salinas, que eram estimulados à luta sindical justamente pelas péssimas condições em que viviam. Desde sua origem, aliás, Partido e sindicato estiveram intrinsecamente ligados, já que os argumentos com os quais o Partido buscava atrair a população, bem como seu objetivo inicial, estavam relacionados à organização trabalhista.<sup>32</sup>

A primeira célula que viria a formar o Sindicato do Garrancho foi a Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal, criada em 1931, com orientação direta do Partido Comunista. A Diretoria Provisória eleita tinha Manuel Torquato na presidência, que iniciou o

<sup>29</sup> FERREIRA. 1986. p. 97-98.

<sup>30</sup> Ibidem. p. 85-96.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 107.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 115-118.

trabalho de organização da categoria.<sup>33</sup> Aos poucos, os operários começaram a aderir e a ouvir os salineiros e intelectuais do partido que explanavam sobre a necessidade de união dos trabalhadores, a possibilidade de uma vida melhor e sem injustiças. Planos eram elaborados e problemas eram discutidos, com o intuito de procurar alternativas para diminuir a miséria na qual aqueles trabalhadores se encontravam.

Nos anos de 1930, a conjuntura política do Brasil estava em plena ebulição, sob os efeitos da Revolução de 30 para a sociedade brasileira e, sobretudo, para os trabalhadores que, confiantes, depositaram todas suas esperanças no novo governo que assumia e nas suas propostas. Este criou o Ministério do Trabalho e, posteriormente, instituiu o Decreto de Sindicalização, forçando as associações a enviarem sua documentação para obter a Carta Sindical e serem reconhecidas legalmente.<sup>34</sup> O governo queria o atrelamento dos sindicatos ao Estado, para melhor controlá-los e manipulá-los. No entanto, os sindicatos liderados pelo Partido Comunista não se dispunham a submeter-se à burocracia estatal. Como afirma FERREIRA:

*“mesmo num quadro de acomodação, desde logo os trabalhadores influenciados pelo PCB se manifestaram contrários à legislação sindical. O meio sindical norteriograndense seria polarizado entre cafeistas e comunistas. Contudo, no início não se percebem disputas ou debates entre as duas concepções. As diferenças começariam a surgir à medida que as iniciativas dos trabalhadores foram entrando em confronto com os limites colocados pelos responsáveis pelo cumprimento da lei sindical.” (FERREIRA, 1986)*

De acordo com FERREIRA, a proposta inicial do Sindicato dos Trabalhadores do Sal era manter-se fora do atrelamento ao Ministério do Trabalho. Mas os trabalhadores discordaram, pois temiam que, com o seu não enquadramento às leis do Ministério do Trabalho, suas reivindicações não fossem atendidas. Foi criado, então, o Sindicato do Garrancho.

*“Os patrões reprimiam porque era ilegal e ao mesmo tempo impediam sua legalização. Criavam obstáculos à legalização. Tanto assim, que ao mesmo tempo que se reuniam clandestinamente”(os componentes do Sindicato) “tentavam obter o registro da associação como estava previsto na legislação.”(FERREIRA, 1986)*

A organização dos trabalhadores possibilitou que os mesmos iniciassem greves isoladas ou abandonassem o trabalho como forma de luta. Foi somente a partir de 1932, orientada pelo partido, que se deflagrou a primeira greve geral que atingiu todas as salinas. À frente estavam

<sup>33</sup> Ibidem, p. 121-122.

<sup>34</sup> Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, criado pelo Ministério do Trabalho do Governo Vargas. Veja-se: FERREIRA, 1986, p. 30.

os irmãos Reginaldo, Manoel Torquato, Alcides Ferreira, João Crisósteno e Oscar Ferreira. As principais reivindicações eram aumento salarial e a regulamentação das medidas para definir o alqueire de sal.<sup>35</sup> Com alguns ganhos obtidos, sentiram como era importante a sua capacidade de mobilização no enfrentamento aos patrões.

A segunda greve geral foi deflagrada em 1934. Os trabalhadores exigiam o aumento do alqueire do sal, transporte pela empresa, água gratuita para beber e seguro em caso de acidentes. Desta vez, procuraram a aliança com outras categorias. E, assim, houve paralisação nas atividades dos eletricitários, ferroviários, padeiros, construção civil e estivadores, dentre outros. Diante deste quadro, os patrões fizeram um acordo e aumentaram em 100% o alqueire do sal. Este fato representou uma vitória para os trabalhadores. O Sindicato ficou fortalecido e a classe trabalhadora mais unida.<sup>36</sup>

No ano de 1935, Joel Paulista, que na época era o Presidente do Sindicato, foi preso. E, mais uma vez, os trabalhadores entraram em greve, dirigindo-se cerca de 300 deles à cadeia, com o objetivo de soltá-lo. Saíram vitoriosos, embora Joel Paulista tenha sido novamente preso, por duas vezes, e enviado à Natal.

Estas greves foram, cada vez mais, reprimidas até a derrocada final com o levante comunista em Natal, que implicou no desmoronamento completo da organização dos trabalhadores em seus sindicatos.

Em 1935, Rafael Fernandes é eleito governador do estado, após uma das mais conturbadas e violentas campanhas que o Rio Grande do Norte já presenciou. Neste período ocorreram várias mortes no interior do Estado, sendo necessária a intervenção do Tribunal Superior Eleitoral para divulgar o resultado final das eleições, o que somente ocorreu no mês de outubro de 1935. Fernandes, mossoroense, dono de salinas e representante das forças políticas conservadora, promoveu intensa perseguição a seus opositores. Os comunistas eram o alvo principal. No entanto, mesmo os que não se enquadravam nesta categoria eram acusados de comunistas, sofrendo, assim, intensa perseguição. Neste contexto, a situação dos operários sindicalizados ficou ainda mais difícil. Frente à repressão, à perseguição intensa, os trabalhadores militantes tiveram que passar para a clandestinidade.

Numa reunião realizada em meados de 1935, na casa do militante e sindicalista Francisco Guilherme, os intelectuais do partido e os salineiros tentaram resolver a situação de mais de 30 homens que estavam sob rigorosa perseguição do governo devido suas atividades no Sindicato. É nesta ocasião que a proposta de uma guerrilha é lançada. Tal proposta, embora não fosse uma idéia agradável à direção do Partido, foi a alternativa de defesa e resistência adotada.

Sobre a repressão aplicada àqueles que estavam envolvidos com os sindicatos, e algumas formas de reação destes, assim expressa-se FERREIRA:

*“O governo queria dar uma lição ao movimento sindical que servisse como exemplo e desencoraja-se qualquer tipo de organização. Já havia por esta época, entre os trabalhadores, alguma experiência acumulada de defesa pessoal. Desde o início do movimento, constantes incidentes haviam mostrado a necessidade de se*

<sup>35</sup> Os patrões definiram o alqueire de sal como sendo o correspondente a 36 cuias de 07 litros, quando deveriam ser 32 cuias de 05 litros. FERREIRA. 1986. p. 170.

<sup>36</sup> FERREIRA. 1986. p. 171.

*organizarem com essa finalidade. Dai nasceram os grupos de auto-defesa que reunião os trabalhadores mais fortes e mais experientes. Quando ocorria - e era freqüente - de algum operário ser molestado pela policia, sofrer algum constrangimento físico, eram esses grupos os responsáveis pela defesa do companheiro, o que várias vezes os obrigava a confrontos armados com as forças repressivas."(FERREIRA; 1986)*

Aqueles que atuavam no movimento sindical acreditavam que haveria uma revolução de caráter comunista no país, e que a fundação da Aliança Nacional Libertadora representava o início deste movimento. É sob esta expectativa que manteriam-se na clandestinidade até o último momento, que para os mesmos estava próximo.<sup>37</sup>

Como conheciam bem a região, os guerrilheiros se locomoviam entre Mossoró, Areia Branca e Açú. Contavam com armas para se defender, doadas por simpatizantes, entre eles os cafeístas e os liberais.

Mas, as notícias sobre a guerrilha chegaram até o Interventor do Estado, e imediatamente foram enviadas tropas para combatê-la. Ocorreram alguns confrontos entre a polícia local e os guerrilheiros, estes sempre levando vantagem e conseguindo escapar ao cerco.

Paralelamente a esses acontecimentos, ocorre em Natal, em novembro de 1935, a Insurreição Comunista, que correspondeu a um levante precipitado cujos membros estavam articulados a um movimento maior articulado pelo Partido Comunista.

Os comunistas constituíram uma Junta Revolucionária em Natal e ficaram no poder por três dias.<sup>38</sup> Tentaram expandir o levante para o interior do estado, com caravanas que iam nomeando novos prefeitos nas cidades que passavam. No entanto, foram derrotados pelas forças legalistas.<sup>39</sup>

Em Mossoró, apesar da mobilização de alguns setores das Forças Armadas, da organização de trabalhadores ligados ao Partido Comunista, ou mesmo pela própria existência dos guerrilheiros, predispostos a lutar por uma causa comunista, o levante de 35 não teve projeção.<sup>40</sup>

Apesar de seu fracasso em Natal, ou de sequer ter conseguido estender-se até Mossoró, esse levante repercutiria drasticamente nesta cidade. Ele concorreria para o desmantelamento da organização sindical e para uma perseguição mais intensificada não só daqueles que estavam ligados a este sindicato, mas também dos que de alguma forma podiam ser enquadrado entre os comunistas.

<sup>37</sup> Ibidem. 1986. p. 182-183.

<sup>38</sup> Comitê Popular Revolucionário - instalado na Vila Ciciando. José Paredes, sapateiro, secretário de abastecimento e Virtual Presidente da Junta; Lauro Cortês Lago, funcionário da polícia civil, Secretário do Interior; Quintino Clementina de Barros, sargento músico 21° BC, Secretário da Defesa; José Macedo, tesoureiro dos Correios e Telégrafos, Secretário das Finanças; e João Batista Galvão, Secretário do Ateneu, Secretário da Aviação (FERREIRA. 1986. p. 196. ).

<sup>39</sup> FERREIRA. 1986. p. 196.

<sup>40</sup> Ibidem. p. 196.

O sincronismo entre a Insurreição Comunista e a guerrilha desencadeada em Mossoró, interpretado pelo governo como parte de um mesma articulação comunista, viria servir, assim, de justificativa à repressão anticomunista que se aplacaria sobremaneira a partir de então.

*"O fracasso do levante de novembro ofereceu, enfim, o pretexto que os proprietários ansiavam para arrasar com os sindicatos. A acusação de implicação no movimento comunista, seguiu-se a mais violenta repressão sobre a atividade sindical e seus agentes. Fecharam o sindicato e apreenderam todo o material existente, como mesa, cadeiras, máquinas de escrever, etc. Toda a diretoria do sindicato foi presa." (FERREIRA, 1986)*

Neste contexto, a guerrilha não teve mais como resistir, ao mesmo tempo não havia mais esperanças dos guerrilheiros voltarem à legalidade. A partir de então, ficou decidida a fuga aos estados vizinhos, de forma a escaparem da repressão. Alguns conseguiram, outros foram mortos. Entre estes, houve um episódio marcante de traição: a morte de Manoel Torquato, líder nato, homem que participou de todas as lutas dos trabalhadores das salinas, e que foi assassinado por seu próprio companheiro Feliciano, em quem confiava.<sup>41</sup>

Uma verdadeira caça às bruxas, iniciou-se após a derrota do levante. Mesmo aqueles que não faziam parte do Sindicato do Garrancho, como cafeístas e partidários da Aliança Liberal, foram perseguidos. Mas, nada foi comparado à perseguição empreendida aos sindicalistas. A maioria destes foram presos e transferidos para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, como Francisco Guilherme, Jonas Reginaldo, Joel Paulista, Anastácio Lopes, Antonio Reginaldo, Marcelino, entre outros.

O sindicato estava mudo. Tendo os patrões mais uma vez vencido.<sup>42</sup>

Mais um capítulo se fechou assim na vida destes homens. Homens que acreditavam um dia voltar vitoriosos, ter o seu lugar ao sol e ver seus filhos crescerem como cidadãos dignos. Homens que lutaram por um ideal, mesmo quando este parecia difícil de alcançar.

---

<sup>41</sup> Ibidem. p. 207.

<sup>42</sup> Somente em 1946 o sindicato conseguiria o reconhecimento como entidade e poderia reiniciar suas lutas. (FERREIRA. 1986. p. 130.)

### III - O DEPOIMENTO DE UM SINDICALISTA

Francisco Guilherme de Souza, memória viva e personagem expressivo no que tange ao processo de luta dos trabalhadores das salinas em Mossoró, nasceu nesta cidade a 19 de outubro de 1910. Primogênito de uma família de pobres agricultores, já em 1926, com apenas dezesseis anos, Souza passa a integrar também a grande massa de trabalhadores do sal. A partir de então, experimentaria não só a sacrificada e indigna labuta a que eram submetidos aqueles trabalhadores, mas também as agru<sup>f</sup>as próprias de quem participou ativamente da luta trabalhista em meio a um contexto histórico marcado pela repressão política e ideológica definida pela Primeira República brasileira.

A organização dos trabalhadores no Rio Grande do Norte, como foi dito em capítulo anterior, se deu principalmente nas cidades portuárias, em função da fácil circulação de novas idéias nessas áreas de grande fluxo de pessoas de diferentes regiões, nacionais e internacionais.

No que refere-se à Mossoró, especificamente, essa organização esteve não apenas ligada ao contínuo fluxo de idéias a que podiam ter contato seus trabalhadores, mas especialmente em função das péssimas condições de trabalho, das relações repressoras e exploradoras a que estavam submetidos aqueles.

Referindo-se aos motivos que levaram à formação do sindicato dos trabalhadores do sal, assim expressa-se Souza:

*“O sindicato surgiu porque os trabalhadores eram muito explorados, e mesmo o modo de habitação nas salinas era muito difícil, era muito ruim. É tanto, que a água era em tonéis de ferro, cheios de ferrugem, e no meio do sol a gente tomava aquela água.*

*Os animais eram soltos naquela área e bebiam água nos tonéis. E quando a gente reclamava que os animais estavam bebendo nossa água, os feitores diziam que eles tinham era nojo que os cavalos deles bebessem água com a gente.”*

*“[...] Para chegar até as salinas percorriamos três a nove léguas a pé”.<sup>43</sup>*

Com essas breves palavras, que retrata um pouco do cotidiano do trabalho nas salinas, observamos que além das ativadas salineiras se efetuarem em condições precárias, de forma exploradora, havia também algo de indignidade na forma pela qual os salineiros eram tratados. É o que verificamos na fala de Souza quando o mesmo menciona os comentários dos feitores. Ali, os trabalhadores são apresentados como algo inferior a um animal.

Observando como se caracterizavam as relações de trabalho dentro da hierarquia das salinas, consideremos as seguintes palavras:

---

<sup>43</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

*“O feitor era o elemento chave do patrão, e tinha o poder de colocar e demitir operário. Era uma verdadeira escravidão.*

*[...] Os feitores iam para as salinas em animais, enquanto que nós, trabalhadores, vamos a pé”<sup>44</sup>*

Utilizando o próprio significado que Souza dá ao termo “feitor” na sua concepção “um nome antigo, que vinha da época da escravidão” ainda que ali não se verificasse relações tipicamente escravagista, no que diz respeito ao trabalho não remunerado sobretudo, podemos inferir que a imagem dos trabalhadores das salinas em relação aos feitores - a forma como eram tratados por estes, bem como o poder de mando que os mesmos tinham - guarda alguns traços das relações observadas entre feitores e escravos no sistema escravista.

Outra situação muito presente na atividade salineira, freqüente nas reclamações, e mesmo reivindicações grevistas que se efetuariam por meio do Sindicato, corresponde ao fato dos próprios trabalhadores terem que, de um lado, arcar com a compra de algumas de suas ferramentas de trabalho, e, de outro, com os prejuízos advindos da não manutenção/limpeza das ferramentas de trabalho.

*“[...] A ferramenta de trabalho era dada por nós, era retirada do salário.”*

*“A cuia era uma medida que foi usada por muito tempo; hoje não, tudo é no peso.[...] A cuia era pra ser cinco litros, mas nas salinas botavam 7 litros porque era para tirar os descontos dos serrotes, que ficavam sob o relento, levando sol, chuva e sereno. Nisso havia um desgaste.<sup>45</sup> E eles” (os patrões) “queriam tirar o prejuízo na gente. E tiravam, porque a gente não tinha a quem recorrer.”*

Num período em que as leis trabalhistas inexistiam, ou posteriormente, quando passam a existir mas raramente são postas efetivamente em prática, do empregador eram destituídas certas obrigações. Neste sentido, considerando-se os trabalhadores das salinas, os mesmos tinham que submeter-se às condições impostas de trabalho (seja a nível da condição das ferramentas e das instalações, do salário, ou mesmo das formas de relação entre as diversas hierarquias que compunha a empresa), pois ou faltava-lhes aparato legal, ou possibilidades de fazer valer realmente seus direitos quando os mesmos existiam teoricamente.

Sob o contexto de trabalho discorrido anteriormente, os trabalhadores das salinas mossoroense tinham, portanto, motivos imperativos para tentarem organizar sua luta trabalhista.

<sup>44</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

<sup>45</sup> À medida que os serrotes ficavam expostos, eles oxidavam-se. O resíduo da oxidação sujava o sal no contato deste com os serrotes. Assim, os trabalhadores tinham que colher mais sal para compensar o montante que fora sujo e perdido. SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada.

A origem da luta dos trabalhadores do sal em Mossoró está ligada a criação da Liga Operária, em 1910, que era uma sociedade com fins beneficentes e que tentava defender interesses de diferentes categorias de trabalhadores daquela cidade.

Uma organização especificamente voltada aos interesses dos trabalhadores das salinas, surgiu em 1931 e denominava-se Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal. Quando as mobilizações dos trabalhadores do sal passa a incomodar os proprietários das salinas, aquela associação passa, então, a ser definida como Sindicato do Garrancho; isto porque, com as perseguições policiais aplacadas, as reuniões passaram a ser realizadas secretamente nas matas.

Com relação a denominação “garrancho”, diz Souza:

*“Garrancho era porque a gente se reunia no mato, no lugar onde a mata era mais intensa. E a gente ia para o mato porque não podia se reunir que a polícia prendia. A gente tinha condições de alugar um prédio para servir de sede para reuniões do sindicato. Mas era humanamente impossível, porque a polícia não deixava. A polícia prendia, espancava e fazia toda sorte de arbitrariedade.”<sup>46</sup>*

A repressão exercida sobre os sindicalistas, também mencionada nas linhas acima, foi uma constante; desde suas primeiras manifestações, em que as formas de ação e reivindicações eram ainda muito tímidas, até os momentos em que as ações tomam o formato de luta armada.

A repressão aplicada ao movimento dos trabalhadores das salinas tornou-se mais intensa a partir das mobilizações em forma de greves. Essas greves, que inicialmente englobam reivindicações de caráter econômico, à medida que proporcionalmente o movimento sindical e a repressão avançam, passam a pleitear a própria liberdade de ação dos sindicalista.

Sobre essa questão, propõe FERREIRA:

*“As últimas greves dos salineiros nos primeiros meses de 35, foram mais violentamente reprimidas. Por um lado, porque os pleitos já não eram explicitamente econômicos, como aumento salarial, reivindicavam agora, a liberdade do companheiro preso, o que, em última instância significava reivindicar a própria liberdade da classe de se organizar, de se mobilizar, de se assumir enquanto classe.”(FERREIRA, 1986)*

À medida que o cerco repressivo se intensificava, os mecanismos de resistência do movimento sindical também iam se radicalizando.

<sup>46</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

Em 1935, por exemplo, após a posse de Rafael Fernandes, a repressão dos poderes políticos que até então se efetuava de forma isolada, passa a ser mais organizada, articulada a nível estadual, e tinha objetivos de suprimir por completo o movimento sindical.

A esse respeito, discorre Ferreira:

*“A partir daí, para o governo já não se tratava mais de tentar conciliar o conflito e sim de resolvê-lo a partir da destruição pura e simples da organização dos trabalhadores e para vencer esta guerra todas as armas seriam válidas.”(FERREIRA,1986)*

Numa contra-reação a essa intensa repressão que lhes fora aplicada, o movimento sindical parte para a luta armada, para a resistência em forma de guerrilha.

Quanto aos motivos que levam representantes do Sindicato a optar pela luta armada, discorre SOUZA:

*“A guerrilha surgiu devido ao grande número de companheiros do Partido que estavam na ilegalidade, perseguidos pela polícia.[...] Nós não éramos bandidos, não éramos cangaceiros, não assaltávamos, não depredávamos, não desrespeitávamos ninguém.”<sup>47</sup>*

Mas além da guerrilha corresponder a uma forma de resistência à repressão que lhes era imprimida, de certa forma ela também expressou uma alternativa estratégica, um meio para que aqueles que defendiam a causa comunista pudessem, oportunamente, lutar por ela, já que acreditavam que uma revolução desse caráter estava por vir.

Neste âmbito, Ferreira também faz algumas colocações:

*“ A guerrilha foi formada a partir de duas condições: em primeiro lugar acreditava-se que haveria uma revolução no país, que seria de caráter comunista e que a fundação da Aliança Nacional Libertadora já era o início deste movimento. Essa avaliação serviu de esteio para os clandestinos - e aí está a segunda condição.”(FERREIRA, 1986)*

Essa simpatia dos componentes do sindicato em relação ao comunismo, expressa acima, era verdadeira. Desde sua origem, o Sindicato esteve diretamente ligada a atuação do Partido Comunista, fundado em 1928 e que teve como principais articuladores os irmãos Reginaldo,

---

<sup>47</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

exatamente aqueles que também articularam a criação da Liga Operária, iniciadora da organização dos trabalhadores em Mossoró.

O sindicato dos trabalhadores do sal e o Partido Comunista estiveram intimamente ligados. Na realidade, um era extensão do outro, não sendo possível definir quais eram as esferas de ação de ambos separadamente.

Essa íntima relação fica bastante evidenciada na fala de Souza, quando expõe sobre sua adesão ao sindicato:

*SOUZA. citado por FERREIRA (1986) diz: "Entrei para o sindicato em 1932, por intermédio do Partido. Porque eu pouco me interessava. Quando eu entrei para o partido em 1931, aí em reunião disseram: todos os comunistas têm que fazer parte do sindicato, porque a força do sindicato é o partido. Então, obedecendo à palavra de ordem do Partido, entrei para o sindicato, não fiz nenhuma objeção."*

Ratificando essa relação, SOUZA continua:

*"Quando a gente saía da reunião do Partido, ficava com a incumbência de cada um levar um sócio a mais para o Sindicato. Na outra reunião, sempre era semanal, ficava cada um com a incumbência de recrutar mais um elemento para o Partido, e assim por diante( ...)"<sup>48</sup>*

Aquela "revolução comunista" pronunciada e aguardada pelos guerrilheiros, anunciaria-se em Natal, através do Levante de 35. Apesar da relativa proximidade entre Mossoró e aquela cidade, ou mesmo que os próprios guerrilheiros tenham permanecido embrenhados nas matas, na expectativa por uma luta revolucionária mesmo após fortes confrontos firmados com as forças repressivas da guerrilha, o Levante de 35 não surtiu efeito em Mossoró, ao menos no sentido de uma propagação insurrecional.

Apesar do Levante de 35 não ter incitado efetivamente Mossoró a uma rebelião, SOUZA é claro a respeito de uma relação direta entre guerrilheiros/sindicalistas/comunistas mossoroenses (neste contexto estas categorias se confundem) e um "movimento revolucionário" maior, de ampla articulação. Sobre como o levante seria acionado em Mossoró, diz:

*"Justamente viria em completa ligação com a turma de Natal, com o Comitê Regional. Aguardamos toda hora a senha que justamente daria o sim ou o não; isto pelo rádio, porque não havia televisão nesse tempo. A senha era o seguinte: para atacar, "mamãe está boa"; se fosse*

<sup>48</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

*ao contrário, "Zeca baixou o hospital". Naquela praça do correio ficamos aglomerado, esperando, porque eles tinham dito que o dia era 24."*<sup>49</sup>

Mas se não foi possível, em termos de rebelião, perceber a propagação do Levante de 35 de Natal para Mossoró, em termos de repressão, o que foi aplicado aos "comunistas" em Natal ou no Brasil como um todo após aquele levante, logo e intensamente se fez sentir em Mossoró.

Francisco Guilherme de Souza, de cuja fala estamos discorrendo sobre algumas questões que compreenderam o Sindicato do Garrancho, foi, entre tantos outros personagens daquele período histórico, alvo da repressão aplicada aos ditos "comunistas". No cerco repressivo imposto aos sindicalistas mossoroenses após o Levante de 35, Souza foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, ficando dois meses detido numa delegacia e, posteriormente, transferido para a Colônia Correccional Dois Rios, na Ilha Grande. Neste presídio, esteve detido por seis meses e quatorze dias. Foi julgado, em 1937, pelo Tribunal de Segurança Nacional e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sendo condenado a cumprir dois anos de prisão e trabalhos forçados na cidade de Mossoró.

Sobre a sua chegada naquele presídio, comenta:

*"Ao desembarcar na dita colônia, fomos recebidos sob a ameaça de chibata e facões rabo-de-galo; em seguida, pelados a cabeça a zero, alojados nos barracões cobertos de zinco e de piso de barro, numa área de 75m<sup>2</sup> onde foram alojados 700 (setecentos) presos."*<sup>50</sup>

A identificação entre Sindicato e Partido, sindicalistas e comunistas, evidente no desenvolvimento de ambos em Mossoró, torna-se, sobretudo após o Levante de 35 em Natal, o ponto de apoio da oposição reacionária, no sentido de suprimir por completo as atividades daqueles organismos tão intrinsecamente ligados.

Assim, a partir de 35, a perseguição aos "comunistas" termo que indistintamente poderia ser atribuído ao sindicalistas, concorreu para uma gradativa supressão das atividades do Sindicato do Garrancho, sobretudo pela prisão e afastamento de seus principais representantes e articuladores da luta sindical.

Durante alguns anos o sindicato esteve desativado. Só na década de 1940, através da atividade do Bispo Dom Jaime de Barros Câmara, o movimento sindical foi reorganizando-se e o sindicato sendo conhecido como "Sindicato do Bispo". Quando foi decretada a Anistia em 1946, o Bispo entrega a diretoria do sindicato aos antigos membros do "Sindicato do Garrancho,," Assim, de 1946 a 1950, o antigo Sindicato do Garrancho passa a ser presidido pelo próprio Francisco Guilherme de Souza, que também assumiria sua secretaria em mandato posterior, de 1950 a 1952.

<sup>49</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

<sup>50</sup> SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

Como podemos observar, e utilizando as próprias palavras de Souza, “o Partido nunca deixou de influenciar o Sindicato”. Recuperando sua fala, fala de um personagem atuante no decorrer da história do Sindicato, percebemos que uma das características fundamentais do mesmo foi seu atrelamento ao Partido Comunista. Seria próprio dizer não só que o Partido delineou a história do Sindicato, mas que, em Mossoró, a luta dos trabalhadores do sal confundiu-se com a luta do próprio Partido Comunista, pelo menos até 1935. Como vimos, é sob a atuação do Partido que as primeiras arregimentações e articulações dos trabalhadores do sal se efetuam, e é com a repressão intensificada deste mesmo partido que o Sindicato do Garrancho tem suas atividades paralisadas por um longo período após 1935. A história do Sindicato do Garrancho, portanto, no processo de desenvolvimento e paralisação de suas atividades, reflete os contornos da própria história do Partido Comunista de Mossoró.

## CONCLUSÃO

Mossoró, cuja situação geográfica estratégica lhe conferiu, de um lado, o *status* de empório comercial, e, de outro, o de importante pólo de extração do sal, no século XX tornou-se também um centro de organização sindical.

O desenvolvimento da luta sindical em Mossoró, podemos dizer, é a resultante tanto do grande número de trabalhadores que a cidade concentrou através do tempo, seja no setor comercial ou a nível mesmo da indústria extrativista do sal e da cera de carnaúba, como das próprias condições de trabalho a que estavam submetidos seus trabalhadores.

A organização sindical mossoroense teve, em sua origem, uma mesma célula, A Liga Operária, criada em 1910. Uma organização voltada especificamente aos trabalhadores do sal só surgiria em 1931, a Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal, cujo Sindicato do Garrancho foi sua extensão.

Se de um lado os trabalhadores do sal, em Mossoró, são atraídos à luta trabalhista em virtude, sobretudo, das difíceis e indignas condições de trabalho a que estavam submetidos, por outro, a preocupação em torno da organização das categorias trabalhadoras, por parte do Partido Comunista da cidade, foi fundamental para a mobilização daqueles trabalhadores. Na verdade, a prioridade desse partido, após sua criação em 1928, era formar os sindicatos. Assim, é o próprio partido que busca aglutinar os trabalhadores, direcionando suas lutas.

A organização dos trabalhadores permitiu que os mesmos iniciassem suas lutas na forma de greves. Nas primeiras mobilizações, as greves englobavam, em geral, reivindicações de caráter econômico, contudo, à medida que o próprio movimento crescia, e passava a incomodar, a aneajar a "ordem" local, as reivindicações começam a ter um outro formato, pleiteia-se, então, a própria liberdade de ação dos sindicatos.

A amplitude que toma a luta dos trabalhadores do sal, essa reivindicação de liberdade de ação, por sua vez, está diretamente ligada à gradativa repressão que foi sendo imposta à atividade sindical.

O cerco repressivo que foi sendo imposto aos sindicalista chegou a tal amplitude que, sentindo-se completamente imobilizados, apelam para a luta armada, para a guerrilha. Isto, por sua vez, concorrerá para uma tática repressiva, por parte das autoridades governamentais, cada vez mais intensificada.

Isso é o que observamos, por exemplo, quando, em Natal, ocorre o Levante de 35. Com este episódio, as forças reacionárias passam a ter em mãos o pretexto, a justificativa ansiada para suprimir por completo a luta sindical, já que combater o comunismo significava eliminar todos, indistintamente, que de uma forma ou de outra ameaçasse a ordem.

Em Mossoró, a ameaça comunista maior eram os sindicatos e o próprio Partido Comunista, cuja intrínseca relação esteve sempre evidente, a ponto de não percebermos, pelo menos até 1935, percursos distintos entre ambas as organizações. Sindicato e Partido confundiam-se, pois expressavam uma mesma luta, a luta por uma liberdade de organização.

## BIBLIOGRAFIA

- A'RBOCZ, Istvan Inre Laswlo. Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte. Natal: [s. e.], 1986. 59 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. NATAL: UFRN-CCHLA, 1995. 71 p.
- COSTA, Homero. A insurreição comunista de 1935: Natal- o primeiro ato da tragédia. São Paulo: ensaio; Natal: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. 190 p.
-   
CORTEZ, Luiz
- FERNANDES, Geraldo Margela. Operários do sal: dois séculos de exploração. Natal: CCHLA-UFRN, 1982. 109 p.
- FERREIRA, Brasília Carlos. Sindicato do garrancho. Natal: EDUFRN, 1986. 239 p.
- \_\_\_\_\_. Trabalhadores, sindicato e cidadania: Nordeste em tempos de Vargas. São Paulo: Ad. Hominem; Natal: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1987. 294 p.
- MARIZ, Marlene da Silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930- 1934. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984. 150 p.
- MEIHY, JOSÉ Carlos S. B. Manual de história oral. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. 78 p.
- ROCHA, Lauro Reginaldo. Bangu- memórias de um militante. Natal: UFRN-CCHLA, 1992. 114 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984. Cap. 2, p. 33-46: Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande. (1889-1930). Natal, Centro Gráfico do Senado Federal, 1989. 269 p.

SOUZA, Francisco G. Lembranças de uma época. Mossoró, 1990 (em elaboração).

SPINELLI, José Antonio. Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935. Natal, EDUFRN, 1996. 221 p.

SHELLING, Vivian. Presença do povo na cultura brasileira. Campinas: ed. Unicamp, 1991, 223p.

TAKEYA, Denise M. M. <sup>Uma</sup> O outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB-ETENE, 1985, 131 p.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 413 p.

#### ENTREVISTA À AUTORA

*FRANCISCO GUILHERME DE SOUZA*. 88 anos, reside na Av. 13 de maio, 592, Centro, Mossoró/RN. Um dos fundadores do Sindicato do Garrancho, Comunista, esteve na presidência do sindicato no período de 1946 a 1950.

#### JORNAIS

*Não incorporo ao texto*  
JOEL PAULISTA: comunista, graças a Deus. Gazeta do Oeste. Mossoró: 15 de out. 1995. Encarte 2, p. 1.

CHICO GUILHERME: uma legenda viva da nossa história. Dois Pontos. Natal: 28 de agos. a 03 de set. 1993, p.2.

Mossoró entra na guerra sonhando com o impossível. **Tribuna do Norte**. Natal: 28 de nov. 1993, p.13.

**ANEXOS**



**PRESOS POLÍTICOS NA CADEIA PÚBLICA DE MOSSORÓ - SETEMBRO/1936**



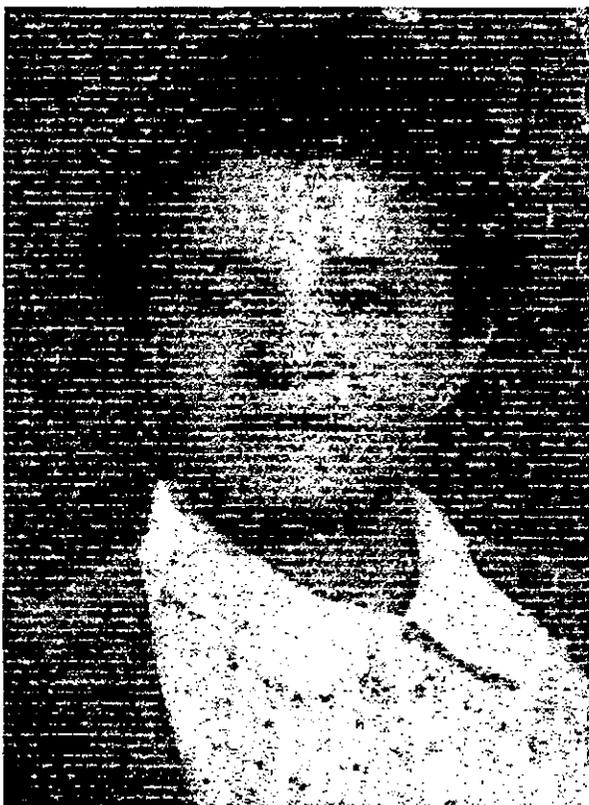
**FRANCISCO GUILHERME DE SOUZA - SINDICALISTA  
MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL,  
UM DOS FUNDADORES DO SINDICATO DO GARRANCHO**



**JOEL PAULISTA – SINDICALISTA,  
MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA  
DO BRASIL NA DÉCADA DE 30, UM DOS  
FUNDADORES DO SINDICATO DO  
GARRANCHO**



**ODETE MARIA DO NASCIMENTO,  
ESPOSA DE JOEL PAULISTA,  
PARTICIPOU DA DIRETORIA DA  
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES  
TRABALHADORAS DE MOSSORÓ,  
NOS ANOS 30, ORGANIZADA  
PELO PARTIDO COMUNISTA DO  
BRASIL**



**FRANCISCA CLARA DE SOUZA,  
ESPOSA DE FRANCISCO  
GUILHERME DE SOUZA,  
PARTICIPOU DA DIRETORIA DA  
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES  
TRABALHADORAS DE MOSSORÓ**



**FRANCISCO GUILHERME DE SOUZA E FRANCISCA CLARA DE SOUZA,  
CASAL QUE PARTICIPIOU ATIVAMENTE DAS LUTAS TRABALHISTAS,  
NA DÉCADA DE 30, EM MOSSORÓ.**